



DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 514, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, considerando a necessidade de regularização das alterações ocorridas no ato concessório inicial para atendimento do disposto no art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa nº 18, de 2018, do Tribunal de Contas da União, e a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas constante no Processo nº 00200.000004/1984-79, resolve:

Alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 1984, publicado na página 729, Seção II, do Diário do Congresso Nacional de 14 de abril de 1984, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, a servidora HELENA DE MOURA LARA RESENDE, Analista Legislativo/Processo Legislativo, Nível III, Padrão S-45, para excluir os 20% de acréscimo e incluir as vantagens da Resolução SF nº 74, de 1994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

PORTARIA Nº 737, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.026262/2017-02, resolve:

Aposentar, por invalidez, com proventos proporcionais, o servidor JORGE AUGUSTO PEDROSA, Técnico Legislativo/Processo Industrial Gráfico, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, combinado com a Emenda Constitucional nº 70, de 2012, e o art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, com a vantagem prevista no art. 62-A da Lei 8.112/90, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

PORTARIAS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, considerando a necessidade de regularização das alterações ocorridas no ato concessório inicial para atendimento do disposto no art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa nº 18, de 2018, do Tribunal de Contas da União, e a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas constante no Processo nº 00200.005530/1989-30, resolve:

Nº 736 - alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 265, de 1989, publicado na página 7723, Seção II, do Diário do Congresso Nacional de 8 de dezembro de 1989, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o servidor NICANOR RIBEIRO DA SILVA, Técnico Legislativo/Eletrônica e Telecomunicações, Nível II, Padrão M36, para excluir os 20% de acréscimo e incluir as vantagens da Resolução SF nº 74, de 1994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, considerando a necessidade de regularização das alterações ocorridas no ato concessório inicial para atendimento do disposto no art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa nº 78, de 2018, do Tribunal de Contas da União, o laudo da Junta Médica do Senado Federal e a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas constante no Processo nº 00200.006243/1998-38, resolve:

Nº 738 - alterar o Ato do Diretor-Geral do Senado Federal nº 346, de 1998, publicado na página 28, Seção II, do Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 1998, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor CARLOS ALBERTO LINS PEREIRA, Analista Legislativo/Processo Legislativo, Nível III, Padrão S-45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112, de 1990, a partir de 17 de fevereiro de 2016, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

PORTARIA Nº 741, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, para cumprimento do Acórdão nº 1126/2018 - TCU - 2ª Câmara e a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.003443/1993-24, resolve:

Aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor FRANCISCO ANTÔNIO XIMENES, Técnico Legislativo/Processo Industrial Gráfico, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, acrescido das vantagens previstas nos artigos 62-A e 193 da Lei nº 8.112, de 1990, combinado com o Acórdão TCU Plenário nº 2076/2005, e observando-se o limite remuneratório determinado pelo art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 112, DE 5 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela alínea "d" do inciso XI do artigo 3º da Portaria n. 112/2010, resolve:

designar ADHARA CAMPOS VIEIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, para exercer a função de confiança de Assistente VI, nível FC-6, do Gabinete do Conselheiro Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

JULHIANA MIRANDA MELLOH ALMEIDA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 348, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar EDUARDO DEMETRIO BECHARA, Analista Judiciário, Área Administrativa, Contabilidade, para substituir o Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Nível CJ-3, da Secretaria do Tribunal, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 44 TSE, de 24 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 subsequente, Seção 2, pág. 58.

RODRIGO CURADO FLEURY

PORTARIA Nº 350, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

designar ALAIRTON MARNEY LEMOS DE SOUZA, para substituir o Assessor-Chefe, Nível CJ-3, da Assessoria de Segurança Institucional da Presidência, do Gabinete da Presidência, no período de 23 a 26.3.2018.

RODRIGO CURADO FLEURY

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 79, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 7.400/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão da servidora VIRGINIA CORDEIRO BARACUI, matrícula S049098, para exercer o cargo em comissão de Diretora da Divisão de Programas Educacionais, código CJ-1, no Conselho da Justiça Federal, pelo prazo de um ano.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 87, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 8520/2018, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor Lauro Rocha Reis, matrícula S028988, no cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e do art. 15, III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e n. 13.317, de 20 de julho de 2016.

Ministra LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 88, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 6763/2018, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor João dos Passos, de Oliveira, matrícula S026632, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e do art. 15, III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e n. 13.317, de 20 de julho de 2016.

Ministra LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 89, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 25882/2016, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor Lázaro Alves Filho, matrícula S029607, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005.

Ministra LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 90, DE 11 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto na Portaria STJ n. 118 de 11 de maio de 2011, no art. 34 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Processo STJ n. 001012/2018, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, com efeitos a partir de 2 de abril de 2018, ANDRÉ GUILHERME HEINDRICKSON, matrícula S070682, do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 114, DE 9 DE ABRIL DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo n. CJF-PES-2018/00034, resolve:

Art. 1º Nomear a servidora VIRGINIA CORDEIRO BARACUI, cedida do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora, código CJ-1, da Divisão de Programas Educacionais da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 116, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL, RESPONDENDO PELA DIRETORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, com fulcro no art. 1º da Portaria n. CJF-POR-2015/00325, de 10 de agosto de 2015, no uso da atribuição conferida pelo art. 1º, inciso XX, da Portaria n. CJF-POR-2015/00297, de 23 de julho de 2015, e tendo em vista o que consta no Memorando n. CJF-MEM-2018/00654, resolve:

Art. 1º Dispensar, a partir de 9 de abril de 2018, em razão de aposentadoria, a servidora Wildna Lucena de Oliveira, matrícula 782, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do quadro de pessoal do Conselho da Justiça Federal, da Função Comissionada de Assistente IV, código FC-4, do gabinete da Secretaria-Geral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz Federal CLEBERSON JOSÉ ROCHA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 172, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

1 - Exonerar a servidora MARINA VILELA CAVALCANTI, código 40712, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Nível CJ-3.

2 - Exonerar a servidora GIOVANA HORTA BARRETO NABUT, código 3906, do cargo em comissão de Assessora da Ex.ma Sr.ª Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Nível CJ-3.

3 - Nomear a servidora MARINA VILELA CAVALCANTI, código 40712, para exercer o cargo em comissão de Assessora da Ex.ma Sr.ª Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Nível CJ-3.

4 - Nomear servidora GIOVANA HORTA BARRETO NABUT, código 3906, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, Nível CJ-3.

MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA